

EDITORIAL

EDITORIAL DA RACEF - VOLUME 16, NÚMERO 2

Caros leitores, autores e comunidade de pesquisadores,

Temos o prazer de apresentar os artigos do segundo número da edição de 2025 da RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE.

O primeiro artigo, das autoras Stéphanie Borges Batista, Elizete Aparecida de Magalhães, Vasconcelos Reis Wakim e Sorele Carpanez Veiga Corrêa, intitulado “Análise dos Fatores Explicativos dos Gastos com Pessoal dos Municípios de Minas Gerais”, investigou os determinantes dos gastos com pessoal nos municípios mineiros, no período de 2010 a 2020. A pesquisa utilizou um modelo de dados em painel dinâmico, tendo como variável dependente a participação dos gastos com pessoal na receita corrente líquida, e como variáveis explicativas, diferentes características municipais. Os resultados revelaram que fatores como a população eleitoral e a dependência de transferências intergovernamentais tendem a elevar os gastos com folha de pagamento, enquanto o PIB per capita e os investimentos contribuem para sua redução. O estudo conclui que variáveis como número de habitantes, população eleitoral, dependência de recursos da União, investimentos, localização regional e renda municipal são relevantes para compreender o comportamento dos gastos com pessoal. Dessa forma, os achados oferecem subsídios importantes para a formulação e reformulação de políticas públicas voltadas à melhoria da gestão desses gastos nos municípios.

Já o segundo artigo intitulado “O Reconhecimento de Provisões e sua Relação com as Características Corporativas em Companhias com Score ESG Listadas na B3”, de autoria de Larissa Ribeiro Soares, Denise Mendes da Silva e Dermeval Martins Borges Júnior, analisa a relação entre o reconhecimento de provisões contábeis e características corporativas como tamanho, rentabilidade, alavancagem, setor de atuação e nível de governança corporativa. O estudo utiliza análise de regressão aplicada a companhias listadas na B3 com score ESG, no período de 2014 a 2022. Os resultados indicam que o tamanho da empresa, a rentabilidade do patrimônio líquido e o nível de governança corporativa exercem influência significativa sobre o reconhecimento de provisões. Tais evidências reforçam a relevância das práticas de sustentabilidade e governança nas decisões contábeis, contribuindo para a transparência corporativa e ampliando o debate sobre a relação entre provisões e critérios ESG. Além disso, os achados oferecem subsídios que podem auxiliar investidores na interpretação das práticas contábeis adotadas pelas companhias.

O terceiro artigo, “Motivação na Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Contábeis: Um

Estudo à Luz da Teoria da Autodeterminação”, de autoria de Isabela de Araujo Bernardo dos Santos e Chiara Raiol Paula, analisa os fatores motivacionais de docentes e discentes vinculados a programas de pós-graduação stricto sensu em Ciências Contábeis no Brasil, com base na Teoria da Autodeterminação. A pesquisa contou com a participação de 111 discentes e 45 docentes, revelando diferentes padrões motivacionais entre os grupos. Os discentes apresentaram baixos níveis de desmotivação e níveis moderados de motivação intrínseca e extrínseca introjetada. Já os docentes demonstraram elevada motivação extrínseca por regulação externa, baixa regulação identificada e presença significativa de desmotivação em suas atividades. Os testes estatísticos indicaram associações significativas entre metodologias ativas e desmotivação docente, bem como entre titulação e níveis de desmotivação. Os resultados destacam a importância de estratégias pedagógicas que incentivem a motivação autônoma, promovendo maior autonomia, senso de competência e conexão entre os participantes da pós-graduação.

No quarto artigo, intitulado “Desafios do Setor Alimentício: Impactos do Programa ALI Produtividade em Empresas do Oeste Norte-Rio-Grandense”, os autores Levi Cunha Braga e Zulmara Virgínia de Carvalho analisam os efeitos do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) na gestão da produtividade de empresas do setor alimentício da região oeste do Rio Grande do Norte. A pesquisa, de natureza aplicada e abordagem qualiquantitativa, foi conduzida com base em dados coletados em 21 empresas entre fevereiro de 2021 e junho de 2023. Além de mensurar o indicador de produtividade, o estudo avaliou o nível de maturidade em gestão da inovação com base na ferramenta Radar de Inovação. Os resultados indicam uma média geral de produtividade de 92,44%, evidenciando os impactos positivos do programa. As empresas também foram classificadas como inovadoras ocasionais na dimensão de controles gerenciais, com média de 3,82. Como contribuição, o estudo reforça a efetividade do Programa ALI na melhoria da produtividade e gestão de inovação, fornecendo evidências robustas sobre o desempenho de micro e pequenas empresas do setor alimentício na região analisada.

No quinto artigo, “Do Euro ao Real: Explorando a Alfabetização e a Inclusão Financeiras entre Franceses e Brasileiros”, as autoras Graziela Dias, Ana Luiza Paraboni e Luiza Botega Goularte comparam os níveis de alfabetização e inclusão financeiras entre indivíduos de dois países com contextos socioeconômicos distintos: Brasil e França. A pesquisa, de caráter descritivo e abordagem quantitativa, utilizou a técnica de survey, coletando 213 respostas por meio de um questionário online. A análise contemplou aspectos como perfil, conhecimento, atitude, comportamento e inclusão financeira dos participantes. Os testes de diferença de média revelaram que as maiores discrepâncias entre os grupos ocorreram nas variáveis atitude e inclusão financeira, com destaque para os brasileiros, que apresentaram resultados superiores aos dos franceses. Modelos de regressão confirmaram essas diferenças, reforçando a relevância do contexto local e das políticas de acesso aos serviços financeiros. O estudo contribui para o debate internacional sobre educação e inclusão financeiras, oferecendo evidências empíricas úteis para o desenvolvimento de estratégias voltadas ao bem-estar econômico da população.

No sexto artigo, de Carlos Xavier Nascimento, André Torres Urdan e Paulo Miranda Mendonça e intitulado “Da Interação à Lealdade do Universitário ao Ensino a Distância e ao Ensino Presencial: Uma Análise Multigrupos”, os autores analisaram os antecedentes da lealdade de estudantes do Ensino Superior nas modalidades presencial e a distância. Com base em um modelo integrativo que incluiu os construtos Interação, Cocriação de Valor, Valor Percebido, Satisfação e Imagem da Marca, o estudo investigou as diferenças entre as modalidades por meio de modelagem de equações estruturais. Os resultados indicaram que, no ensino presencial, todas as hipóteses foram confirmadas. Já no ensino a distância, não houve suporte para duas relações envolvendo Cocriação de Valor, contrariando pressupostos da Lógica Serviço-Dominante e da Teoria da Distância Transacional. A análise multigrupos revelou diferenças significativas em 15 relações, sendo 10 mais fortes no EAD, das quais oito associadas ao construto Interação. O estudo oferece implicações relevantes para a

gestão do ensino nas esferas pública e privada, com destaque para a importância da interação no fortalecimento da lealdade no ensino a distância.

No sétimo artigo, intitulado “Efeitos do Crédito Extemporâneo Decorrentes da Exclusão do ICMS na Base de Cálculo do PIS e da COFINS: Caso da Empresa M. Dias Branco S.A.”, os autores Daniel Gomes dos Santos, Jackeline Lucas Souza, Carlos Expedito de Castro Monte e Georjane de Melo Castro Gondim analisam os impactos financeiros do crédito extemporâneo reconhecido após a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, conforme decidido no Recurso Extraordinário nº 574.706/PR. Por meio de uma abordagem baseada na cronologia dos eventos e na análise das contas contábeis e valores envolvidos, o estudo evidenciou que o reconhecimento do crédito resultou em um aumento de 36% no lucro líquido da empresa entre 2019 e 2021, além de impulsionar em 457% a distribuição de dividendos entre 2019 e 2020. A pesquisa destaca a importância do planejamento tributário estratégico diante de decisões judiciais com elevado impacto financeiro.

O oitavo artigo, intitulado “Mercado de Trabalho e Inclusão de Pessoas com Deficiências (PCDs): Avanços e Retrocessos”, de Edson Arlindo Silva, Mariane Afonso Silva, Alessandro Carlos da Silva Júnior e Odilon José de Oliveira Neto, analisa o cenário atual do mercado formal de trabalho para Pessoas com Deficiência (PCDs), destacando avanços e retrocessos no processo de inclusão desse público. O estudo também investiga as ações governamentais e empresariais relacionadas à inserção das PCDs no mercado. A metodologia adotada foi uma revisão sistemática crítico-reflexiva da literatura nacional e internacional sobre empregabilidade de PCDs. Os resultados indicam avanços legislativos, porém evidenciam a persistência de um contingente significativo de PCDs fora do mercado formal de trabalho. As considerações finais ressaltam a relevância social dos estudos sobre PCDs, estimulando pesquisas e debates voltados à melhoria da empregabilidade e das condições laborais deste grupo.

No nono artigo, intitulado “O Perfil Educacional do Gestor Público Municipal e a Eficiência da Gestão”, de Claiton Souza Cavalcante e Mayla Cristina Costa Maroni Saraiva, é analisada a relação entre a qualificação educacional dos gestores públicos e o desempenho financeiro dos municípios do Estado de Mato Grosso. Fundamentado nas teorias do capital humano e dos recursos cognitivos, o estudo utiliza uma abordagem quantitativa, com dados de 2015 a 2022, e aplicação de regressão com efeito aleatório para investigar a influência do grau de instrução sobre o índice de eficiência da gestão fiscal municipal. Os resultados indicam que gestores com maior qualificação tendem a alcançar melhor desempenho na administração fiscal, refletindo maior capacidade de geração de recursos financeiros para os municípios. O trabalho contribui para a compreensão das políticas educacionais e administrativas no setor público, ressaltando a importância da formação acadêmica dos gestores para a eficiência da gestão municipal.

Por fim, o décimo artigo, intitulado “Redução de Custos e Emissões de GEE com Assinatura Digital em Cooperativas de Crédito do Agronegócio”, de Leonardo Soares Cangirana, Deny Carolina Garcia, Rafael Martins Noriller, Allison Manoel de Sousa e Cláudio Favarini Ruviano, mensura os efeitos econômicos e ambientais da adoção das assinaturas eletrônicas em uma cooperativa de crédito do agronegócio. O estudo analisa dados de contratos firmados entre 2018 e 2023, destacando economias financeiras superiores a R\$ 180 milhões e redução de mais de 900 toneladas de gases de efeito estufa, incluindo CO₂eq. Os resultados evidenciam o impacto positivo da digitalização na mitigação ambiental e na redução dos custos de transação, contribuindo para a literatura ao abordar a lacuna existente sobre os impactos ambientais da inovação tecnológica no agronegócio.

Desejamos a todos os leitores uma excelente leitura destes artigos que honrosamente a RACEF publica nesta edição. Boa leitura!

Janaina de Moura Engracia Giraldi (Editora-Chefe)